



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS
DEPARTAMENTO JURÍDICO

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA
COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO SP.**

SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS, com sede nesta cidade de Ribeirão Preto SP,  Rua XI de agosto n. 361, Bairro Campos Elíseos, CEP 14.085-030, inscrito no CNPJ sob n 60.251.733/0001-20, neste ato representado, na forma de seu Estatuto Social, pelo seu Presidente Laerte Carlos Augusto, pela advogada e procuradora, infra-assinada, vem mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, para interpor a presente **AÇÃO CIVIL COLETIVA, com pedido de tutela antecipada**, em face de **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO – PREFEITURA MUNICIPAL**, na pessoa do Sr. Prefeito Municipal ou seu representante judicial, inscrito no CNPJ sob n 56.024.581/0001-56, estabelecido  Praça Barão do Rio Branco s/n, CEP 14.010-140, **DAERP – DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS DE RIBEIRÃO PRETO**, na pessoa de seu Superintendente, ou seu representante judicial, inscrito no CNPJ sob n56.022.858/0001-01, estabelecido  Rua Amador Bueno n 22, CEP 14.010-070, **GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO**, na pessoa de seu Superintendente, ou seu representante judicial, inscrita no CNPJ

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



sob n 00.334.335/0001-46, estabelecida  Rua Lafaiete n 1676 – CEP 14.015-080 e **SASSOM – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA  SAÚDE DO MUNICIRIO DE RIBEIRÃO PRETO**, na pessoa de seu Superintendente, ou seu representante judicial, inscrito no CNPJ sob n 56.024.573/0001-00, estabelecido  Rua Barão do Amazonas n 204 – Centro – CEP 14.010-120, pelos motivos fticos e jurídicos adiante declinados.

I - DA LEGITIMIDADE PROCESSUAL DO SINDICATO PARA FIGURAR NO PÓLO ATIVO DA PRESENTE AO COLETIVA

Em consonância com as normas constitucionais (art. 5, incisos XXI e LXX, CF/88), os Sindicatos podem representar seus filiados em juízo, quer nas ações ordinárias, quer nas ações coletivas, ocorrendo a chamada substituição processual. Amparado ainda pela Carta Política, “*ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas*” (art. 8, inc. III). Assim, as entidades sindicais estão legitimadas para proceder judicialmente a defesa de direitos e interesses individuais homogneos da categoria por elas representada.

Nesse passo, o Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis tem legitimidade processual para atuar na defesa de todos e quaisquer direitos subjetivos individuais e coletivos dos integrantes da categoria que representa, a de servidores públicos do município de Ribeirão Preto. Nesse sentido decidiu o Supremo Tribunal Federal: RE 197.029-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, julgamento em 13-12-06, DJ de 16-2-07.

O Estatuto do Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis, em seu artigo 5 confere à entidade a

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



seguinte prerrogativa: *“representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais de sua categoria profissional e os interesses de seus associados, nos termos dos poderes conferidos pelo inciso III do artigo 8 da Constituição Federal”*.

Portanto, a legitimidade do Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis de figurar no polo ativo da presente Ação Coletiva encontra-se estabelecida por disposições constitucionais, infraconstitucionais e ainda por disposições estatutárias.

II – DOS FATOS

O tema versado na presente ação envolve princípios e direitos fundamentais, como dignidade da pessoa humana, vida, trabalho e principalmente saúde.

Nos últimos anos, a Constituição brasileira conquistou, verdadeiramente, força normativa e efetividade. Nesse ambiente, os direitos constitucionais em geral, e os direitos sociais em particular, converteram-se em direitos subjetivos em sentido pleno, comportando tutela judicial específica.

A intervenção do Poder Judiciário, mediante determinações  Administração Pública para que o gozo de licença para tratamento de saúde não seja motivo de perdas salariais, procura realizar a promessa constitucional de proteção a dois dos mais importantes valores que permeiam o princípio da dignidade humana: a saúde e o valor social do trabalho. Nessa linha de entendimento é o posicionamento do Juízo da 1 Vara da Fazenda Pública desta comarca, nos autos do Processo 1056531-36.2017.8.26.0506, em caso análogo ao tratado nestes autos:

Sede: Rua XI de Agosto não 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



(...)

A Administração Pública, especialmente durante a vigência da licença médica, não pode diminuir os vencimentos do servidor, ou prejudicá-lo, de qualquer modo, sob a fundamentação de que está em gozo de licença saúde, pois ela é um direito do servidor.

(...)

Ocorre que, prejudicar-se o servidor que esteve em gozo de licença saúde, em sua remuneração ou no processo de atribuição de aulas, não é constitucional.

Esse mesmo entendimento é compartilhado pela 6^a Câmara de Direito Público do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, in verbis:

6^a CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO Não: 2234553-65.2017.8.26.0000

AGTE. : MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO

AGDO. : SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO
PRETO

COMARCA : RIBEIRÃO PRETO 1^a VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUIZ : REGINALDO SIQUEIRA

VOTO Não: 26237

EMENTA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. Classificação para atribuição de aulas. Decisão que deferiu a antecipação da tutela para determinar que a ré se abstenha de proceder ao desconto da pontuação dos professores que estiveram em gozo de licença. Possibilidade. O servidor não pode ser prejudicado em sua situação funcional por regular afastamento para tratamento de saúde. Presença dos requisitos do art. 300, caput, do CPC.

Recurso não provido.

Sede: Rua XI de Agosto não 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



O respeito ao direito  saúde, antes de ter sido elevado  categoria de direito constitucional, já era uma garantia prevista no próprio Estatuto do Servidor Público Municipal de Ribeirão Preto – Lei Municipal 3.181, quando de sua edição no ano de 1976.

O caráter programático das regras expressas na Constituição Federal encontra-se presente nos seguintes artigos da referida Lei Municipal 3.181/76:

Art. 113 - Será considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude de:

(...)

XI - licença a funcionária gestante ou nos casos previstos no artigo 151 desta lei;

O citado art. 151 da referida lei estabelece “**A licença para tratamento de saúde será concedida a pedido ou de ofício**”.

E o artigo 186 da Lei Ordinária Municipal 3.181/76 prevê:

*Art. 186 - O funcionário **não sofrerá qualquer desconto** no vencimento ou remuneração:*

(...)

II - quando licenciado para tratamento de saúde;

A Lei Complementar Municipal 2.515/2012, que *Dispõe sobre a Estruturação do Plano de Classificação de Cargos, Vencimentos e*



Carreiras do Serviço Público Municipal da Administrao Direta e Autárquica, estabeleceu, em seu artigo 23 que:

“A carreira do servidor municipal será constituída por classes e níveis, nos quais esse evoluir funcionalmente com base em critérios de promoo e progresso”.

Pelos termos da referida lei, a análise dos critérios para viabilizar o direito  ascensão funcional por meio da Promoo e/ou Progressão é feita por meio de avaliaes de desempenho, conforme estabelecido no Decreto Municipal 102/2015, que regulamentou a forma, método e parâmetros para a realizao dessas avaliaes para verificao de merecimento  evoluo funcional, na forma dos artigos 23 a 31 da LCM 2.515/2012.

Referido Decreto Regulamentar, em seu artigo 2, inciso II, estabelece o que segue:

Art. 2. A avaliao do desempenho será um processo, anual e sistemático, de aferio de desempenho do funcionário, considerando:

(...)

II - Afastamentos e faltas, conforme art. 27, da Lei Complementar n 2.515, de 28 de março de 2012, com pontuao em escala percentual, variando entre 0 e 100%.

O citado artigo 27 da LCM 2.515/2012 estabelece o que segue:

Artigo 27 - Para aplicao dos dispositivos previstos neste Capítulo, o interstício de efetivo exercício será apurado descontando-se todos os afastamentos e faltas com exceo de férias, acidente de trabalho, doença



*profissional, licença gestante e **licença para tratamento de saúde**, esta última hipótese **restrita aos casos de internao hospitalar e intervenções cirúrgicas.***

Verifica-se com nítida clareza que o artigo 27 da referida Lei Complementar 2.515/2012, além de afrontar o direito fundamental  saúde, limitou as garantias previstas nos artigos 113 e 186 da Lei Municipal 3.181/76.

Por conta da afronta constitucional e da restrição dos direitos previstos nos artigos 113 e 186 da Lei 3.181/76, os servidores municipais estão sofrendo prejuízos financeiros e funcionais em razão da perda de pontuação na contagem do período de efetivo exercício municipal para fins de evolução funcional na carreira, pelo fato dos dias relativos a afastamentos por licença para tratamento de saúde não serem considerados como de efetivo exercício.

III - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O artigo 6 da Constituição Federal, inserido no capítulo que trata dos Direitos Sociais, incluso no rol de Princípios Fundamentais da Dignidade da pessoa humana, estabelece o que segue:

Art. 6 São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e  infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

O direito  saúde está esculpido na Constituição Federal também em seu artigo 196, conforme segue:

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos - Ribeirão Preto - SP. - CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 - www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 - Nova Guatapar - Guatapar - SP. - CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 - Centro - Pradópolis - CEP 14850-000



Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econmicas que visem à redução dos riscos de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Tal preceito constitucional  complementado pela Lei 8.080/90, em seu artigo 2:

“A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”. (Grifei)

Dentre os direitos sociais, o direito  saúde foi erigido pela Constituição Federal como de peculiar importância. A forma como o direito  saúde é tratado em capítulo próprio demonstra o cuidado com que o legislador constituinte teve com esse bem jurídico. Por estar intimamente atrelado ao direito  vida, o direito  saúde manifesta a proteção constitucional  dignidade da pessoa humana.

Como a Constituição Federal, as leis infraconstitucionais e o próprio Estatuto do Servidor – Lei Ordinária Municipal n 3.181/76 - resguardam o direito  saúde, e a própria lei municipal referida estabelece que a licença para tratamento de saúde deve ser considerada como de efetivo exercício, fica nítido que o artigo 27 da LCM 2515/2012, na parte em que desconsidera como sendo de efetivo exercício o período em que o servidor estiver sob licença para tratamento de saúde, encontra-se em conflito com todo o ordenamento jurídico.



Sobre essa matéria, em caso análogo ao tratado nestes autos, a Egrégia 1^a Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, nos autos da Apelao Cível n^o 1040601-12.2016.8.26.0506, decidiu no seguinte sentido:

REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - Professor Municipal de Ribeirão Preto. Processo de atribuio de aulas. Reduo de pontuao decorrente de afastamento por licença-saúde. Impossibilidade. Posicionamento da jurisprudência no sentido de que o servidor não pode ser prejudicado em sua situao funcional por regular afastamento para tratamento de saúde Sentença mantida. Recurso desprovido.

E ainda:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DO SEGURO SOCIAL - GDASS. LEI N. 10.855/04. LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE. ARTIGOS 102, VII, b, E 202 DA LEI N. 8.112/90. PERÍODO DE EFETIVO EXERCÍCIO E AFASTAMENTO SEM PREJUÍZO DA REMUNERAO. DECRETO N. 6.493/2008. CRITÉRIOS DE AVALIAO DO DESEMPENHO INDIVIDUAL DO SERVIDOR (20 PONTOS). EXIGÊNCIA DE EFETIVO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE POR, NO MÍNIMO, 2/3 DO CICLO DE AVALIAO. INAPLICABILIDADE. CORREO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. 1. A parte autora pretende nesta ao que lhe seja assegurado o direito de ser submetida à avaliao individual para efeito de percepo da GDASS em sua pontuao integral (100 pontos), correspondente às avaliaoes institucional e individual. 2. Para percepo da GDASS em sua pontuao máxima (100 pontos) o servidor deverá ser submetido às avaliaoes de desempenho institucional e individual, equivalendo a primeira a até 80 (oitenta) pontos e a segunda, até 20 (vinte) pontos, consoante previsão do art. 11 da Lei n. 10.855/2004, com as

Sede: Rua XI de Agosto n^o 361 - Campos Elíseos - Ribeirão Preto - SP. - CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 - www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 - Nova Guatapar - Guatapar - SP. - CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 - Centro - Pradópolis - CEP 14850-000



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**
DEPARTAMENTO JURÍDICO

alteraes introduzidas pela MP n. 359/2007, convertida na Lei n. 11.501/2007. 3. O Decreto n. 6.493/2008 estabeleceu, em seu art. 5,  4, que "A avaliação individual somente produzir efeitos financeiros se o servidor tiver permanecido em exercício das atividades por, no mínimo, dois terços de um ciclo de avaliação completo". 4. A parte autora esteve em gozo de licença para tratamento de saúde no período de 01/05/2009 a 31/07/2009 e ela não foi submetida às avaliações de desempenho individual por não estar em efetivo exercício de sua atividade por, no mínimo, 2/3 (dois terços) do ciclo da avaliação (semestre). De consequência, não lhe foram pagos os valores correspondentes aos 20 (vinte) pontos devidos em razão da realização das avaliações individuais. 5. A Lei n. 8.112/1990 assegura ao servidor o direito  licença para tratamento de saúde sem prejuízo de sua remuneração (art. 202), enquanto que o art. 102, VIII, b, da mesma lei, considera o afastamento em razão da licença para tratamento de saúde como período de efetivo exercício. 6. Como os afastamentos em razão de licença para tratamento de saúde são considerados de efetivo exercício e são concedidos sem prejuízo da remuneração, a parte autora tem o direito de ser submetida às avaliações individuais para efeito de percepção da GDASS, durante o primeiro ciclo de avaliação no primeiro semestre do ano de 2009, considerando os dias efetivamente trabalhados, com o pagamento da gratificação segundo o desempenho funcional da servidora. 7. Correção monetária e juros de mora segundo o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cculos na Justiça Federal. 8. Honorários de advogado devidos no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, na esteira da jurisprudência da Corte. 9. Apelação desprovida. Remessa oficial parcialmente provida, nos termos dos itens 7 e 8.

(TRF-1 - AC: 00060170520104013600 0006017-05.2010.4.01.3600, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI, Data de Julgamento: 15/03/2017, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: 28/03/2017 e-DJF1).

Sede: Rua XI de Agosto não 361 - Campos Elíseos - Ribeirão Preto - SP. - CEP 14085-030
Tel.: (16) 3977-8100 - www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 - Nova Guatapar - Guatapar - SP. - CEP 14115-000
Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 - Centro - Pradópolis - CEP 14850-000



IV - DA ANTECIPAAO DOS EFEITOS DA TUTELA

O pedido esposado pelo Sindicato Autor encontra amparo nos artigos 294, 300,  2 e 497, Parágrafo nico, do Novo Código de Processo Civil e tem como escopo conceder, de forma antecipada, o próprio provimento jurisdicional pleiteado ou seus efeitos, in verbis:

“Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

Parágrafo nico. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.”

“Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

 1 ...

 2 A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificção prévia.”

“Art. 497. Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, conceder a tutela específica ou determinar providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.

Parágrafo nico. Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reitero ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.”

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



O “*fumus boni iuris*” consiste no fato de que a Constituio Federal, a legislao infraconstitucional e a própria Lei Municipal 3.181-76 – Estatuto do Funcionário Público Municipal - preveem que a Licença Para Tratamento de Saúde deve ser considerada como de efetivo exercício, inclusive com decisões proferidas, em casos análogos, nesse mesmo sentido.

O “*periculum in mora*” está presente no fato de que os efeitos do Plano de Carreira já estão sendo efetivados desde outubro de 2017, conforme se comprova pelo incluso Acordo Coletivo de Trabalho firmado na Data Base da categoria do ano de 2017.

V- DOS PEDIDOS

Diante do exposto requer:

1 – Que seja acolhido o pedido de concessão da tutela de urgência a fim de ser determinado aos Suplicados a obrigao de se absterem de descontar, da contagem do período de efetivo exercício municipal para fins de evoluo funcional na carreira, de que trata a LCM 2515/2012 e Decreto 102/2015, os dias de afastamento por licença para tratamento de saúde, de todos os servidores públicos municipais, associados ao Sindicato Autor, que se enquadrarem nessa situao, sob pena de multa diária a ser prudentemente arbitrada por esse r. juízo, nos termos do art. 497 c/c artigo 537, ambos do Novo Código de Processo Civil, a partir da concessão da tutela e conseqüente expedio de ofícios aos Suplicados;

2 – Que, a final, seja julgada totalmente procedente a presente ao a fim de ser determinado aos Suplicados, em definitivo, a obrigao

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



de se absterem de descontar, da contagem do período de efetivo exercício municipal para fins de evolução funcional na carreira, de que trata a LCM 2515/2012 e Decreto 102/2015, os dias de afastamento por licença para tratamento de saúde, de todos os servidores públicos municipais, associados ao Sindicato Autor, que se enquadrarem nessa situação;

3 – A condenação do Suplicado no pagamento de honorários advoccios, a ser arbitrado em conformidade com o artigo 85 do Novo Código de Processo Civil.

4 – A concessão dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, na forma estabelecida pelo artigo 87 do Código de Defesa do Consumidor.

Isto posto é a presente para requerer V.EXA. se digne determinar a citação dos Suplicados, nos endereços supra citados, a fim de que, em querendo, contestem a presente ação, sob pena de revelia, bem como para que compareçam  audiência eventualmente designada, sob pena de confissão quanto a matéria de fato ora requerida.

Protesta e requer provar o alegado, por todos os meios de provas em direito admitidas, especialmente pela oitiva de testemunhas, a serem oportunamente arroladas, vistorias, perícias, juntada de novos documentos, depoimento pessoal do representante legal dos Suplicados e tudo mais que elucidar possa a fim de ser a presente ação julgada totalmente procedente e condenados os Suplicados nos termos dos pedidos, acrescido de juros de mora, atualização monetária, honorários advoccios e demais cominações legais.

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**
DEPARTAMENTO JURÍDICO

D-se  causa, para efeitos de Direito, o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), observando que não há pedido de condenao em pecúnia.

Termos em que,

P. Deferimento.

Ribeirão Preto, 15 de maio de 2018.

REGINA MRCIA FERNANDES

OAB/SP 98.574

Sede: Rua XI de Agosto não 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO
FORO DE RIBEIRÃO PRETO
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Alice Alem Saad, 1010, ., Nova Ribeiranea - CEP 14096-570, Fone: (016) 3629-0004, Ribeirão Preto-SP - E-mail: ribpreto1faz@tjstj.us.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
CONCLUSÃO

Aos 30/05/2018 10:10:31, faço estes autos conclusos ao (à) MM(a). Juiz(a) de Direito, Dr(a). MAYRA CALLEGARI GOMES DE ALMEIDA. Eu, subscrevo.

DECISÃO-MANDADO

Processo Digital nº:	1017241-77.2018.8.26.0506
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Tratamento da Própria Saúde
Requerente:	Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis
Requerido:	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO e outros

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MAYRA CALLEGARI GOMES DE ALMEIDA**
Vistos.

Trata-se de ação civil coletiva objetivando a concessão de liminar para que os dias de afastamento de licença para tratamento de saúde dos servidores públicos municipais, associados ao sindicato autor, não sejam descontados da contagem do período de efetivo exercício municipal para fins de evolução funcional na carreira de que tratam a LCM n 2515/2012 e o Decreto n 102/2015.

A Lei Complementar Municipal n 2.515/2012, prevê em seu art. 23 que *"A carreira do servidor municipal será constituída por classes e níveis, nos quais esse evoluir funcionalmente com base em critérios de promoção e progressão"*.

Já em seu art. 27, a referida lei determina que: *"para aplicação dos dispositivos previstos neste Capítulo, o interstício de efetivo exercício será apurado descontando - se todos os afastamentos e faltas com exceção de férias, acidente de trabalho, doença profissional, licença gestante e licença para tratamento de saúde, estaltima hipótese restrita aos casos de internação hospitalar e intervenções cirúrgicas"*.

Nesse sentido, verifica-se que os períodos de licença tratamento de saúde que não envolvam internação hospitalar e intervenções cirúrgicas não são considerados dias de efetivo exercício e, portanto, não são computados para a evolução funcional (promoção/progressão) do servidores municipais.

Ocorre que, prejudicar o servidor que esteve em gozo de licença saúde que não envolvam internação hospitalar e intervenções cirúrgicas, em sua remuneração ou no processo de evolução funcional, não é constitucional.

A licença médica não autoriza as rs  redução da pontuação dos servidores municipais para o processo de evolução funcional, pois estes estiveram, justificadamente, afastados de suas funções, justamente por estarem em tratamento de saúde.

A Administração Pública, especialmente durante a vigência da licença médica, não pode diminuir os vencimentos do servidor, ou prejudicá-lo, de qualquer modo, sob a fundamentação de que está em gozo de licença saúde, pois ela é um direito do servidor.

Deve ser garantido àquele que estiver afastado por licença-saúde participar do processo de evolução funcional (promoção/progressão), sem ser prejudicado por ter

1017241-77.2018.8.26.0506- lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO

FORO DE RIBEIRÃO PRETO

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Alice Alem Saad, 1010, ., Nova Ribeiranea - CEP 14096-570, Fone: (016) 3629-0004, Ribeirão Preto-SP - E-mail: ribpreto1faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

estado afastado de suas funções em razão de gozo de licença saúde.

Dessarte, presente a probabilidade do direito e o perigo da demora decorre de o processo de evolução funcional ("Plano de carreira") já estão sendo efetivados desde outubro de 2017, conforme documento juntado a fls. 172/173.

Desse modo, **DEFIRO A LIMINAR** determinar que as rés se abstenham de proceder desconto dos servidores municipais que estiveram em gozo de licença, para fins de evolução funcional.

Cite(m)-se e intime(m)-se, ficando o(s) réu(s) advertido(s) do prazo de 30 (trinta) dias para apresentar(em) a defesa, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados na inicial, nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil.

Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. Cumprimento do mandado em **regime de plantão** (Comunicado CG 1495/2013).

Intime-se, com urgência.

Ribeirão Preto, 30 de maio de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

ADVERTÊNCIAS: 1- Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados pelo(a) requerente (artigos 344 do Código de Processo Civil). 2 – **Este processo tramita eletronicamente.** A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha (senha anexa). Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

ITENS 4 e 5 DO CAPÍTULO VI DAS NORMAS DE SERVIÇO DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA, TOMO I - Nos termos do Prov. 3/2001 da CGJ, fica constando o seguinte: "4. É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. 4.1. As despesas em caso de transporte e depósito de bens e outras necessárias ao cumprimento de mandados, ressalvadas aquelas relativas à condução, serão adiantadas pela parte mediante depósito do valor indicado pelo oficial de justiça nos autos, em conta corrente à disposição do juízo. 4.2. Vencido o prazo para cumprimento do mandado sem que efetuado o depósito (4.1.), o oficial de justiça o devolverá, certificando a ocorrência. 4.3. Quando o interessado oferecer meios para o cumprimento do mandado (4.1.), deverá desde logo especificá-los, indicando dia, hora e local em que estarão à disposição, não havendo nesta hipótese depósito para tais diligências. 5. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências." Texto extraído do Cap. VI, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça. **Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.**